

[Veja esse e-mail no seu navegador](#)



Olá, tudo bem?

Nas últimas semanas, o Comitê Tijucas e Biguaçu realizou uma série de atividades e discussões, com destaque para as Audiências Públicas sobre o Enquadramento dos Rios e Aquíferos das Bacias Hidrográficas do Rio Tijucas, Rio Biguaçu e bacias contíguas. Além disso, foi finalizada a elaboração de uma Cartilha orientativa sobre o esgoto individual, direcionada aos gestores públicos municipais, que você pode conferir em primeira mão a seguir.

Confira também sobre os papéis dos novos prefeitos e vereadores na Governança das Águas!

Uma ótima leitura!

Por dentro da Gestão Hídrica



A importância da gestão compartilhada dos recursos hídricos entre os municípios

Os rios não pertencem aos municípios, tampouco são de propriedade privada. As águas são livres e fluem entre diferentes cidades, estados e países, sem fronteiras ou restrições territoriais. Elas fazem parte das Bacias Hidrográficas — regiões naturais onde as águas de um rio e seus afluentes se conectam — tal como as Bacias Hidrográficas do Rio Tijucas, Rio Biguaçu e bacias contíguas, que abrangem 15 municípios, com uma área total de aproximadamente 3.278 km².

O planejamento de ações para a gestão dos recursos hídricos é um dos principais desafios para qualquer município e envolve desde a garantia do abastecimento público de água, até a proteção da qualidade e planejamento dos diferentes usos. Tais decisões devem ser tomadas a partir de uma visão integrada entre os municípios da mesma Bacia Hidrográfica, considerando os desafios, características e riscos para cada região. Assim, os gestores públicos devem trabalhar juntos para garantir a proteção das águas nos territórios.

As ações de uma cidade podem impactar diretamente outras, e por isso a gestão dos recursos hídricos deve ser sempre compartilhada.

Diante do novo cenário político, com as eleições 2024, torna-se essencial o compromisso conjunto dos Prefeitos e Vereadores em busca de ações que visem garantir a proteção das águas na região.

Assim, é papel dos Prefeitos:

- **planejamento e execução de políticas públicas:** desde projetos de saneamento básico (como coleta e tratamento de esgoto e drenagem pluvial), preservação de nascentes, proteção de áreas de recarga de

- **garantia do abastecimento de água:** a prefeitura deve acompanhar a empresa ou autarquia local responsável pelo tratamento e abastecimento local de água;
- **fiscalização ambiental:** por meio das secretarias, as prefeituras têm a responsabilidade de fiscalizar atividades irregulares, obras, lançamento de efluentes nos rios e outras situações de risco ambientais;
- **mobilização de recursos para obras:** o Prefeito pode buscar recursos estaduais e federais para implementar obras e ações de melhoria na gestão hídrica.

Já os Vereadores são responsáveis pela:

- **criação e aprovação de leis municipais relacionadas à gestão hídrica:** os vereadores podem propor normas para ampliar a proteção das nascentes e áreas de preservação, regulamentações para o uso sustentável da água e tratamento de esgoto, além de mecanismos para prevenção e adaptação aos eventos climáticos extremos (como secas e enchentes), por exemplo;
- **fiscalização das ações da Prefeitura:** os Vereadores também devem acompanhar as ações previstas para gestão hídrica, visando a garantia da implementação das políticas públicas, obras e demais projetos de preservação e abastecimento;
- **articulação comunitária:** os Vereadores devem ouvir as demandas da população em relação ao saneamento básico (água potável, esgoto, resíduos sólidos e águas pluviais) e discutir na Câmara Municipal. Além disso, é papel dos Vereadores a realização de Audiências Públicas sobre problemas locais como falta de água, enchentes, mudanças climáticas, poluição dos rios, etc;
- **apoio a iniciativas de Educação Ambiental:** os Vereadores também podem apoiar e propor programas educacionais para incentivar o uso sustentável da água e sensibilizar a população sobre a importância dos recursos hídricos.

Assim, os Vereadores e Prefeitos podem garantir a eficiência e sustentabilidade na gestão das águas nos municípios, com a preservação dos recursos, a garantia de qualidade das águas para os diferentes fins, bem como a preparação para momentos de crise e mudanças climáticas.

a água, por sua natureza, será o meio pelo qual as populações e os setores usuários sentirão os primeiros efeitos da mudança climática global. Neste sentido, o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima - PNA (2015) indica que o grande desafio para a gestão do risco associado à mudança do clima é **promover a coordenação entre governos locais, regionais e nacional**, através de ações cooperadas entre diferentes setores e esferas do governo, órgãos públicos, setores econômicos e sociedade civil, de modo a garantir a integração, transversalidade e coerência de Políticas Públicas.

Já o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas - IPCC (2022), ressalta que, para as comunidades se adaptarem de forma sustentável aos impactos climáticos na segurança hídrica, sua participação, cooperação e engajamento de baixo para cima são fundamentais em todas as etapas dos processos de tomada de decisão. Portanto, um forte apoio político e social é necessário para garantir mudanças políticas efetivas, sejam locais ou nacionais.

Governança das Águas e o papel dos Comitês de Bacia

Além dos gestores e políticos, a sociedade deve participar ativamente das discussões relacionadas às questões ambientais e da gestão hídrica. Este é um dos pilares da Governança das Águas, que prevê a participação do governo, empresas, agricultores e toda a população, na tomada de decisões sobre as águas. Um dos grupos principais nesse processo é o Comitê de Bacia Hidrográfica, que reúne representantes de diferentes setores (poder público, usuários de água e população da bacia) da região para discutir e propor as diretrizes sobre o uso sustentável da água.

O Comitê de Bacia Hidrográfica tem uma série de responsabilidades e atribuições previstas na Lei das Águas 9.433 de 1997, tal como a elaboração e articulação do projeto de **Enquadramento dos Corpos Hídricos**, com a definição de metas e ações para ampliar a qualidade das águas. Os Comitês também podem propor ações de recuperação de nascentes ou de áreas de mata ciliar degradadas, como o [Pacto da Mata Ciliar](#), estudos sobre [áreas de enchentes](#), análise sobre problemas ambientais que afetem a qualidade das águas, entre várias outras atividades.

No final de 2022, [a Confederação Nacional dos Municípios \(CNM\) publicou uma nota](#) sobre os Comitês de Bacias Hidrográficas, em que destaca a importância da participação ativa dos Prefeitos e gestores públicos nas reuniões e atividades dos Comitês:

política que, por sua vez, depende, diretamente, do grau de participação e comprometimento da comunidade e dos governantes municipais."

Nesse sentido, é fundamental a articulação política e o trabalho conjunto dos Comitês de Bacias e os gestores públicos municipais, visando uma melhor gestão das águas. Por isso, **convidamos os novos Prefeitos e Vereadores da região para acompanhar as atividades do Comitê Tijucas e Biguaçu!**

Notícias

Cartilha sobre esgoto individual é lançada pelo Comitê Tijucas e Biguaçu



O objetivo do material é orientar a gestão dos sistemas individuais de esgoto pelos municípios, a partir da recomendação de tecnologias e processos para implementação.

tratamento do esgoto doméstico, seja pelo sistema coletivo ou pelo individual, tal como prevê o Novo Marco do Saneamento Básico, instituído pela Lei Federal Nº14.026 de 2020. Mas atualmente, apenas 5 dos 15 municípios da Unidade de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos — UPG 8.1 Tijucas, possuem sistema coletivo de esgotamento sanitário. Ainda assim, estes sistemas coletivos não atendem boa parte da população local. Nos demais municípios, ainda não há o gerenciamento dos sistemas individuais pelo poder público municipal — invalidando o atingimento da meta do Novo Marco do Saneamento Básico.

Para apoiar os municípios no gerenciamento dos sistemas individuais de esgotamento sanitário, assim como no alcance da meta de universalização do serviço, o Comitê Tijucas e Biguaçu, junto a sua Entidade Executiva, o Instituto Água Conecta, desenvolveu um material orientativo sobre o tema. **A cartilha apresenta as tecnologias que podem ser aplicadas no tratamento individual, além do passo-a-passo das medidas que devem ser realizadas para implementar uma gestão efetiva dos sistemas individuais pelo poder público municipal ou pelo prestador de serviço que ele venha a delegar.**

O material também apresenta cada um dos modelos e tecnologias que podem ser utilizadas nos sistemas individuais como a fossa e filtro, o círculo de bananeiras, a zona de raízes (wetlands), e outros. Além de apresentar esquemas práticos sobre as características, necessidades, assim como as diferentes combinações possíveis para implementação.

"Um dos maiores desafios dos gestores públicos, ao pensar no esgoto individual, é saber por onde começar. Por isso, nesta cartilha, apresentamos todo o contexto da legislação vigente sobre o esgoto doméstico, além dos passos e ações que cada município deve implementar para garantir a proteção da qualidade das águas e a saúde da população", destaca Danilo Funke, Presidente do Comitê Tijucas e Biguaçu.

A cartilha é um resumo do projeto **"Esgoto Doméstico: tratamento individual, Benefício Coletivo — Diretrizes para implementação de sistemas individuais de tratamento de esgoto"**, desenvolvido no primeiro semestre de 2024 pelo Instituto Água Conecta Entidade Executiva do Comitê Tijucas e Biguaçu.

Gestão do esgoto sanitário é responsabilidade dos municípios

O tratamento do esgoto doméstico é o principal desafio para melhorar a qualidade da água dos rios, principalmente nas regiões cuja urbanização vem aumentando nos últimos anos. E essa é uma atribuição dos municípios. Contudo, investir em redes coletivas de esgoto, implica em altos custos para a

municípios, pode ser uma alternativa factível e financeiramente menos onerosa.

O sistema individual mais comum é o fossa e filtro, composto por uma caixa de gordura, uma fossa séptica, filtro biológico e um sumidouro. Trata-se de um sistema simples para instalação e de baixo custo, mas que demanda atenção na manutenção e limpeza periódica. Muitas residências adotam esse tipo de sistema, mas passam anos sem manutenção, prejudicando a eficiência no tratamento, além de provocar riscos de contaminação do solo e lençóis freáticos.

Conforme destacado na cartilha, a manutenção e gestão do lodo gerado nos sistemas individuais é responsabilidade dos municípios, que podem delegar essa função a um prestador de serviço local.

"Existe um equívoco muito comum, de que por ser um sistema individual, a responsabilidade seria apenas do usuário, quando, na verdade, a gestão do esgotamento sanitário é uma atribuição dos municípios", explica Rúbia Girardi, Gestora do Projeto.

Da mesma forma, os gestores municipais devem orientar a população sobre as tecnologias alternativas para o tratamento individual, principalmente em zonas rurais ou pequenos aglomerados urbanos. Nesse sentido, a cartilha orientativa lançada pelo Comitê Tijucas e Biguaçu, deve apoiar na divulgação de informações sobre o tratamento individual, bem como direcionar as ações para o desenvolvimento de projetos nos municípios.

O material é gratuito e pode ser acessado [aqui](#). Confira!

Assembleia Pública promove discussões sobre projeto de Enquadramento dos Rios e Aquíferos do Vale do Biguaçu, Costa Esmeralda e região

A 2ª Assembleia Pública sobre o Enquadramento dos Rios e Aquíferos do Vale do Biguaçu, Costa Esmeralda e região foi realizada no dia 1º de outubro, em Porto Belo, na sede da FAMAP. O evento faz parte do processo de aprovação deste instrumento de gestão hídrica, que prevê a definição de metas de qualidade da água para diferentes fins ao longo dos rios. As sugestões e considerações dos participantes serão avaliadas nas próximas semanas, para complementar o

Durante o evento, os participantes puderam entender na prática como funciona o instrumento de classificação de qualidade dos Rios, a partir de dinâmicas e discussões em grupo. Ademais, foram apresentadas as diferentes etapas do Enquadramento, com o Diagnóstico de Qualidade, o Prognóstico, as propostas de metas e o Programa de Efetivação do Enquadramento, elaboradas pelo Instituto Água Conecta, Entidade Executiva do Comitê Tijucas e Biguaçu.

"O evento contou com uma presença expressiva de entidades da região, e proporcionou uma rica troca de informações, opiniões e experiências. Avaliamos que tenha cumprido com seu objetivo de subsidiar a proposta de Enquadramento dos Rios das Bacias Hidrográficas, constituindo um importante passo para a finalização desta etapa visando a boa gestão das águas, com base em sua realidade atual e na qualidade esperada das águas no médio prazo", destacou o presidente do Comitê Tijucas e Biguaçu, Danilo Funke.



Participação pública e engajamento local

mar, após a passagem por áreas densamente urbanizadas. Já no dia 17 de setembro, foram realizadas discussões sobre as regiões do Alto Vale do Tijucas. Ambos os encontros contaram com a participação de membros do Comitê Tijucas e Biguaçu, representantes de diferentes entidades, acadêmicos, técnicos e moradores da região.

"A participação dos setores da agricultura, turismo e comércio no evento foi considerada por todos uma excelente oportunidade de conhecimento e pertencimento. Nos sentimos colaboradores de uma importante decisão a respeito do uso e enquadramento das águas de nossa cidade e da nossa bacia hidrográfica.

O grupo reconheceu que nesse momento foi plantada uma semente que vai dar muitos frutos, e que foi protagonista das decisões que vão impactar a nossa cidade nos dias atuais e, principalmente, no futuro. Trazendo mais compreensão sobre o planejamento das ações públicas e privadas em função da melhoria de vida para todos", destacou Rosilda Helena Feltrin, Engenheira Agrônoma e Extensionista Rural da Epagri de Antônio Carlos.

Próximos passos para aprovação final do Enquadramento

Após a realização das duas Assembleias Públicas, o projeto de Enquadramento das Bacias Hidrográficas do Rio Tijucas, Rio Biguaçu e afluentes deve ser ajustado pelo Instituto Água Conecta, conforme as sugestões e contribuições propostas pela comunidade. Além disso, os representantes das entidades-membro do Comitê Tijucas e Biguaçu podem encaminhar outras sugestões sobre o projeto até o mês de novembro.

O projeto também está em análise na Câmara Técnica do Comitê Tijucas e Biguaçu, que até o dia 9 de outubro deve emitir um parecer sobre a proposta de Enquadramento e o programa de Efetivação.

Assim, a aprovação final do projeto pelo Comitê Tijucas e Biguaçu será realizada na 64ª Assembleia Geral Ordinária, no dia 21 de novembro, às 13h30, no Parque Natural Municipal Lagoa do Perequê em Porto Belo. A reunião é aberta para toda a comunidade.

Após a aprovação interna, o documento deve ser encaminhado para deliberação do Conselho Estadual dos Recursos Hídricos, e passará a valer como instrumento normativo oficial na Bacia Hidrográfica, guiando novas obrigações e normas nos municípios.





Começa o cadastro de proprietários rurais para doação de mudas e recuperação de matas ciliares degradadas em Angelina



Programa Pacto da Mata Ciliar é desenvolvido pelo Comitê Tijucas e Biguaçu e prevê o plantio de 5 hectares de mudas nativas na região até o final de 2024

Proprietários rurais de Angelina que possuem áreas de mata ciliar degradadas já podem se inscrever no projeto Pacto da Mata Ciliar. O projeto oferece gratuitamente mudas de árvores nativas e orientação técnica para o plantio. A meta é plantar mais de 4.500 mudas.

Com a expansão das áreas de mata ciliar, é esperada a redução dos riscos de erosão e deslizamentos de terra, além da melhoria na qualidade das águas no município. O projeto é uma iniciativa do Comitê Tijucas e Biguaçu, com execução do Instituto Água Conecta e patrocínio da empresa Elera Renováveis, proprietária da PCH Angelina.

As principais áreas contempladas nessa etapa do projeto vão desde o Alto Garcia, passando pela região central de Angelina, até a comunidade de Coqueiros, porém

podem se inscrever para receber mudas e suporte técnico. Os interessados devem entrar em contato pelo e-mail comitetijucas@gmail.com ou pelo telefone (49) 9171-0402, com a Coordenadora Técnica Cíntia Hoffer.

Podem se inscrever proprietários de área situadas às margens de pequenos córregos, cachoeiras, rios e também no entorno de nascentes e olhos d'água, independentemente do tamanho da área a ser disponibilizada para recuperação.

Entre as diversas espécies nativas pioneiras contempladas no projeto estão: araçá, ingá, aroeira, ipê e várias outras.

Etapas do projeto Pacto da Mata Ciliar em Angelina

Desde julho, foram realizadas diversas ações de sensibilização em organizações locais, além de propostas de melhorias na estufa de produção de mudas florestais nativas de Angelina, situada na Casa Familiar Rural. Será instalado um sistema de irrigação automatizada na estufa, que permite cuidar e proteger as mudas até a etapa do plantio.

Até então, as ações do Pacto da Mata Ciliar — realizado há 13 anos nas Bacias Hidrográficas dos Rios Tijucas e Biguaçu — contavam com o apoio de viveiros mais próximos do litoral, para armazenamento e aclimação das mudas recebidas de doações, dificultando o transporte para as áreas mais a montante. Com o armazenamento local em Angelina, a realização do Pacto da Mata Ciliar tornou-se mais fácil na região.

Sobre o projeto

O Pacto da Mata Ciliar é um programa desenvolvido pelo Comitê Tijucas e Biguaçu há mais de 13 anos. Seu principal objetivo é promover a restauração das matas ciliares, ampliando a proteção das Bacias Hidrográficas do Rio Tijucas, Rio Biguaçu e seus afluentes, em Santa Catarina.

Em 2015 e em 2017, o Programa foi certificado nacionalmente como uma das Tecnologias Sociais da Fundação do Banco do Brasil. Já em 2016, o Pacto da Mata Ciliar foi reconhecido pela Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) da ONU, como exemplo de boas práticas, passando a integrar a plataforma mundial.

Além de Angelina e Major Gercino, proprietários rurais de outros municípios do

Participação em eventos



Presidente do Comitê Tijucas e Biguaçu concede entrevistas em rádios locais sobre Enquadramento dos Rios e Aquíferos

No dia 16 de setembro, o Presidente do Comitê Tijucas e Biguaçu, Danilo Funke, e o especialista técnico Gustavo Antônio Piazza, do Instituto Água Conecta, concederam duas entrevistas nas rádios "Verde Vale", de Major Gercino, e "99.9 FM" de São João Batista, sobre as Assembleias Públicas do Enquadramento dos Rios e Aquíferos da região. Nos programas, foi destacada a importância da participação popular na discussão do instrumento e as mudanças previstas para a região.





- **24 de outubro** – 5ª Reunião do GT Mineração da da Câmara Técnica Consultiva do Comitê Tijucas e Biguaçu – Virtual
- **27 de outubro** - Prazo final para inscrição das chapas para Presidência e Secretaria Executiva do Comitê Tijucas e Biguaçu. As chapas candidatas devem enviar a inscrição para o e-mail da presidente da Comissão Eleitoral - cleidee@celesc.com.br.
- **29 de outubro** - [4º Seminário da Mata Ciliar no Centro Comunitário de Angelina.](#)

Realização



4º SEMINÁRIO DA MATA CILIAR

*Saiba como preservar a mata ciliar e gerar renda
com a sua pequena propriedade rural!*



29 de outubro (terça-feira)
9h às 16h
Centro Comunitário de Angelina
+ Visita técnica

Haverá certificado de participação!

Patrocínio



Agradecimento



- **30 de outubro** – 13ª Reunião da Plenária da Câmara Técnica Consultiva do Comitê Tijucas e Biguaçu – virtual
- **21 de novembro** – 64ª Assembleia Geral Ordinária – 13h30min – no Parque Natural Municipal Lagoa do Perequê em Porto Belo

Recomendações de leitura



[Subscribe](#)[Past Issues](#)[Translate ▼](#)

- [Mais de 62% das áreas urbanas de Tijucas e Garopaba estão sob risco de inundações até 2050](#) (ND Mais)
- [Aquecimento global: entenda a meta de 1,5°C e por que ultrapassá-la é um risco](#) (Um só Planeta)
- [Mais de um milhão de indígenas vivem em condições de precariedade de saneamento](#) (Agência de Notícias IBGE)

Quer saber mais sobre as ações realizadas pelo Comitês Tijucas e Biguaçu? Então, acompanhe as publicações nas nossas redes sociais no [Instagram](#) e [Facebook](#). Se tiver qualquer dúvida, por favor, entre em contato pelo e-mail comitetijucas@gmail.com!

Até breve,
Comitê Tijucas e Biguaçu.



Agradecimento: Projeto FAPESC, Termo de Outorga Nº: 2022TR002182

Informativo produzido pelo [Instituto Água Conecta](#)

Caso você não queira mais receber nossos [emails](#), basta nos avisar.

Você pode se [desinscrever](#) aqui

